

Sarney vê próximo acordo para aprovação das prerrogativas

BRASÍLIA (O GLOBO) — O presidente do PDS, senador José Sarney, disse ontem que somente o decurso de prazo e a inviolabilidade parlamentar entravam ainda um acordo total sobre a emenda das prerrogativas.

Com relação ao primeiro ponto disse Sarney que já está definida uma fórmula interdiária que, ele acredita, satisfará ao Governo e as oposições: findo o prazo de tramitação do projeto de lei, e este não tendo sido votado pelo Congresso, automaticamente será incluído na ordem do dia onde permanecerá por um número indeterminado de sessões, 10 ou 20. Findo este prazo, e não tendo sido examinado pelo Congresso, o projeto será considerado aprovado, por decurso de prazo. Esta fórmula, no entender do presidente do PDS, satisfaz porque se constitui uma "opção democrática", já que "o fato de o Congresso optar pela não votação de matérias é, sem dúvida alguma, uma forma de posicionamento legítimo. As manobras políticas, tanto a obstrução como a votação, são válidas tanto às minorias quanto à maioria. Existem em todos os parlamentos do mundo".

Quanto à questão da inviolabilidade, disse Sarney que é um ponto que está sendo negociado e no seu entender "será encontrada uma fórmula que respeitará o princípio da inviolabilidade e assegurará, ao mesmo tempo, o controle interno do Congresso de modo a evitar os excessos".

DECURSO

— Caso seja mantido o decurso de prazo, a emenda Flávio Marçilio deve ser denominada emenda João Figueiredo — disse ontem o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que considera fundamental a extinção do decurso de prazo para que o Legislativo cumpra suas obrigações de aprovar ou rejeitar as propostas do Executivo.

— E uma excrescência — acrescentou Ulysses — a substituição do voto pelo calendário. Na Alemanha, por exemplo, o decurso de prazo representa a rejeição da proposta, porque demonstra que a maioria não a quis aprovar. Na prática, o sistema no Brasil é unicameral. As propostas mais importantes são apreciadas conjuntamente pela Câmara e pelo Senado, acabando com a figura da Câmara revisora — acrescentou Ulysses.